

## JUSTIFICATIVA

O movimento comunitário nasceu no Brasil pela necessidade de enfrentamento aos graves problemas da população mais empobrecida. A luta, que no início buscava aluguéis mais baratos, moradia própria, infraestrutura urbana, e regularização do fornecimento de água e energia elétrica requeria a construção de organizações capacitadas para reivindicar, formular e acompanhar a execução das políticas sociais. Com o passar do tempo, a população organizada foi adquirindo consciência, passando a compreender e a identificar com maior consistência as verdadeiras raízes dos problemas sociais e discutir com mais profundidade questões como saúde pública, emprego, educação, moradia e cidadania. Esta compreensão levou a que o movimento comunitário passasse a jogar um papel de reconhecida importância no cenário político, tanto perante os poderes constituídos, como também em relação aos demais movimentos sociais.

O movimento comunitário nasceu em São Paulo, em meados da década de 40, com a criação das primeiras associações de bairro. No Rio Grande do Sul, surge em 1946, com a fundação da Associação dos Amigos do IV Distrito de Porto Alegre (atual Associação de Moradores do Bairro São Geraldo), logo seguida pela criação das associações Amigos do Belém Novo, Amigos da Gleba, Amigos da Vila Leão e outras. Logo surgiram associações por todo o Estado, levando a que, na década de 50 fosse fundada a Federação Riograndense das Associações Comunitárias e Amigos de Bairro (FRACAB), que passa a unificar e coordenar a luta das associações comunitárias.

Em face da grande concentração de trabalhadores assalariados e operários na periferia das cidades, desde o seu nascedouro as associações de moradores procuraram atuar de modo integrado com os sindicatos, apoiando a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e salários dignos.

Em 1959 ocorreu o I Congresso das Associações de Moradores de Porto Alegre, realizado com apoio do então prefeito de Porto Alegre, Loureiro da Silva, do SESI e da Empresa Jornalística Caldas Junior. A interferência do poder público e das entidades empresariais teve o objetivo de cooptar as florescentes lideranças, através de programas e projetos paternalistas, de modo a acalmar o cenário político, bastante radicalizado na época, chegando a serem promovidos mais dois congressos sob essa mesma orientação.

A reação popular se deu em 1962, com o surgimento, na zona norte de Porto Alegre, de um movimento denominado Liga Interbairro Reivindicatória e Assessoradora (LIBRA) que – defendendo uma atuação *“humanista, anti-paternalista e de auto-determinação”* – passou a opor-se aos congressos organizados pela prefeitura. Essa organização tinha também como bandeira o não-isolamento, com a integração a outros movimentos, como o sindical, o estudantil, clubes de mães, etc.

Com o golpe militar, em 1964, iniciou-se a perseguição às lideranças populares, com o fechamento dos partidos, sindicatos e entidades de toda a ordem. Mesmo com toda essa adversidade, na década de 70 os movimentos sociais rearticulam-se e a luta política realiza-se através dos partidos clandestinos, nas pastorais da igreja, nos sindicatos e nas associações populares. O crescimento da mobilização resultou no aumento da pressão popular, e em pleno governo Geisel ocorreram grandes mobilizações em todo o País, sob a bandeira da luta contra a carestia. Essa onda popular resultou na grande mobilização cívica pela redemocratização. Com as greves dos metalúrgicos do ABC paulista, são retomados os grandes movimentos de trabalhadores, que logo se espalham por todo o País. Diversos setores realizam paralisações, sempre com o apoio incondicional e a participação destacada do movimento comunitário, como na grande greve da construção civil de 1978, em Porto Alegre.

A partir de 1979, com a abertura política, avançam as lutas pelo fim do regime militar.

Em 1983 é fundada a Confederação Nacional das Associações de Moradores –CONAM e, em Porto Alegre, surge a União das Associações de Moradores de Porto Alegre – UAMPA, entidades que, juntamente com outros setores, passam canalizar os interesses das classes exploradas. A UAMPA realizou o seu primeiro congresso com mais de 50 entidades e 300 delegados. Suas resoluções foram entregues a todos os candidatos à primeira eleição a prefeito, pós-ditadura, em Porto Alegre, em 1985, jogando grande papel também no movimento nacional pelas DIRETAS JÁ, em 1984, e na Assembléia Nacional Constituinte de 1987-88.

Na década de 80 ocorreram grandes mobilizações pela moradia, com a ocupação, só na região

metropolitana de Porto Alegre, de mais de 23 mil imóveis inacabados, fruto da falência do sistema financeiro da habitação.

Após a promulgação da Constituição de 1988, o movimento popular participou ativamente da elaboração das leis orgânicas de diversos municípios, entre eles Porto Alegre, contribuindo com inúmeras emendas na área da habitação e em outras áreas. Esses avanços resultaram no aumento da participação popular na definição das políticas governamentais, com a presença das entidades representativas do movimento comunitário nos mais variados conselhos municipais e estaduais e, em especial, do chamado “orçamento participativo” que, a partir de uma primeira experiência no município de Pelotas, foi aperfeiçoado em Porto Alegre, encontrando-se hoje integrado nas diversas esferas governamentais, por todo o Brasil.

A partir da segunda metade da década de 90, a diretoria da FRACAB deixou de funcionar regularmente, nunca mais convocou o seu Conselho de Representantes ou a sua Assembléia Geral, nem realizou novas eleições. Assim, amparada, por medidas judiciais, sua antiga diretoria, com o mandato vencido há mais de oito anos, adonou-se da entidade, sem qualquer legitimidade, esvaziando toda e qualquer atividade comunitária da Federação. Isso causou uma enorme desarticulação do movimento comunitário gaúcho, deixando-a à margem dos grandes debates que envolveram diretamente o movimento de bairros, tais como a Reforma Urbana, a aprovação do Estatuto das Cidades, a aprovação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e as questões de Saúde, Educação, Saneamento, Transporte, Rádios Comunitárias. Enfim, todo o conjunto de temas urbanos.

Esgotados todos os meios e todas as tentativas de propor uma solução a essa situação calamitosa em que se encontra a FRACAB, cerca de 40 uniões municipais de associações de moradores decidiram criar uma nova entidade. Assim, no dia 18 de março de 2006, foi fundada a Federação Gaúcha de Associações de Moradores (FEGAM), logo reconhecida pela CONAM e pela maioria das associações de moradores de todo o estado. Entidade que retomou de forma ativa a participação nas lutas sociais do nosso estado, fazendo-se representar junto ao governo estadual e aos governos municipais, assim como em seus respectivos parlamentos.

Toda essa trajetória forjou e forja lideranças populares estreitamente ligadas ao cotidiano dos brasileiros, as quais assumem, cada vez com maior intensidade, o papel de elo de ligação entre os cidadãos e os órgãos governamentais, na gestão dos projetos sociais. Permite que ações voltadas para o bem-estar coletivo tenham sua origem dentro das próprias comunidades a que se destinam, o que amplia significativamente as possibilidades de sucesso dessas ações. Por estar integrado na comunidade em que atua, o líder comunitário tem uma percepção privilegiada das necessidades do seu meio e das estratégias possíveis para satisfazê-las.

Assim, frente à inegável importância dos serviços prestados pelos líderes comunitários à sociedade e, à exemplo do Congresso Nacional, que instituiu o dia 5 de maio como o Dia Nacional Líder Comunitário (Lei Federal nº11.287/06, em anexo), sugerimos que tal data também seja reconhecida como o Dia Estadual do Líder Comunitário, o que fazemos por meio do presente projeto de lei, como forma de prestar uma singela homenagem àqueles que lutam pelo bem-estar social e que tanto contribuem para a consolidação da democracia neste País.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2007

Deputado(a) Raul Carrion